

PERCEPÇÕES DE CUIDADO E PRÁTICAS DE GÊNERO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE POBREZA A PARTIR DE UM RECORTE GERACIONAL

PERCEPTIONS OF CARE AND GENDER PRACTICES OF WOMEN LIVING IN POVERTY FROM A GENERATIONAL PERSPECTIVE

*Márcio Ferreira de Souza*¹

*Silvana Mariano*²

RESUMO

Este artigo se dedica às análises sobre as percepções e as práticas de gênero das mulheres titulares do Programa Bolsa Família, tomando em consideração a dimensão geracional, com foco na questão do cuidado. Tratamos das percepções dessas mulheres em torno de suas experiências de vida e expectativas de futuro e refletimos sobre as comparações que elas fazem entre a sua condição e a de suas mães. Contrastamos percepções e práticas das mulheres, de acordo com os grupos de idade, no que diz respeito à vida doméstica e familiar. As análises consideram variáveis que tendem a afetar as dinâmicas dos grupos familiares, como a presença ou não de cônjuge, a presença ou não de crianças em idade de creche e o exercício ou não de trabalho pago. A pesquisa empírica foi constituída por dois grupos focais e também pela amostragem composta por 190 entrevistas estruturadas, realizadas em Curitiba (Paraná) e em Fortaleza (Ceará), nos anos de 2013 e 2014.

Palavras-chave: Cuidados. Gênero. Geração. Pobreza. Transferência de renda.

1 Doutor em Sociologia. Professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: marciousofouza@ufu.br

2 Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: silvanamariano@yahoo.com.br

ABSTRACT

This article focuses on gender perceptions and practices of women beneficiaries of Bolsa Família Program, paying attention to issue of care, and seeks, in turn, to articulate two categories of analysis: gender and generation. We deal with the women's perceptions around their life experiences and expectations about future and we reflect on the comparisons they make between their condition and that their mother. We contrast perceptions and practices of women, according to age groups, with respect to domestic and family life. Our analyzes consider variables that tend to affect the dynamics of the family groups, such as the presence or not of the spouse, presence or not of children at daycare center and the exercise or not of paid work. The empirical research consisted of two focus groups and also the sample composed of 190 structured interviews, conducted in Curitiba (Paraná) and Fortaleza (Ceará), at 2013 and 2014.

Keywords: Care. Gender. Generation. Poverty. Cash Transfer.

INTRODUÇÃO³

As reflexões que aqui desenvolvemos têm como objetivo compreender as percepções e as práticas de gênero das mulheres titulares do Programa Bolsa Família (PBF), com foco na questão do cuidado, articulando duas categorias de análise, gênero e geração, a partir de teorias feministas. A situação de beneficiárias deste Programa nos oferece a facilidade de selecionar mulheres em situação de pobreza. Pretendemos, aqui, captar processos de mudanças sociais em torno das relações de gênero, com vista à igualdade entre homens e mulheres, tratando das percepções dessas mulheres em torno de suas experiências de vida e expectativas de futuro, bem como refletir sobre as comparações que elas fazem entre a sua condição e a de suas mães.

Tomamos gênero como categoria analítica nos termos propostos por Joan Scott (1990) tendo em consideração a relevância de se tratar dos aspectos relacionais entre homens e mulheres, a dimensão simbólica na construção social dos papéis de gênero, a dimensão do poder aí encerrada,

3 Agradecemos ao CNPq pelo financiamento que possibilitou a realização desta pesquisa. Agradecemos a Maria Andrea Luz da Silva e Maria Helena de Paula Frota, ambas da Universidade Estadual do Ceará, a colaboração no trabalho de campo realizado em Fortaleza (CE).

bem como a dimensão institucional, no sentido de que a construção cultural de gênero atravessa também os arranjos institucionais. Interessa ainda, o recurso da desconstrução na análise sociológica, a partir da adoção da crítica pós-estruturalista, também presente na proposta de Scott, juntamente com a valorização das experiências e das percepções das mulheres como sujeitos históricos.

Quanto ao recorte geracional, cabe destacar, por exemplo, as investigações de Flávia Ferreira Pires e George Ardilles da Silva Jardim (2014), que analisaram os efeitos do PBF em Catingueira, cidade do estado da Paraíba, com 4.812 habitantes, focando as transformações ocorridas no interior das famílias que passaram a receber o benefício. Pires e Jardim (2014) observam “uma mudança geracional em andamento”, compreendendo-a a partir do conceito de “geração bolsa família”, ao atentarem para narrativas familiares sobre consumo, escolarização e trabalho infantil.

Neste estudo, contrastamos percepções e práticas das mulheres, de acordo com os grupos de idade, no que diz respeito à vida doméstica e familiar. Para tanto, consideramos variáveis que tendem a afetar as dinâmicas dos grupos familiares como a presença ou não de cônjuge, a presença ou não de crianças em idade de creche e o exercício ou não de trabalho pago. Tais variáveis incidem diretamente na demanda por cuidados, tornando relevantes as reflexões sobre quem necessita de cuidado e quem oferece cuidado, a fim de dar visibilidade a esse fenômeno.

Para uma reflexão mais atenta sobre a dimensão do cuidado, abordamos o tema à luz das perspectivas feministas que vêm enfrentando a problemática da conciliação por parte das mulheres entre trabalho remunerado e responsabilidades familiares tendo em vista o processo de transformação da estrutura das famílias e do mercado de trabalho, conforme podemos observar na sociedade brasileira, mais notavelmente a partir das duas últimas décadas do século XX até os dias atuais (SORJ, 2013, 2014; SORJ; FONTES; MACHADO, 2007). Importa, também, num âmbito mais geral, chamar atenção para o desenvolvimento de abordagens teóricas que atentam para as transformações na própria percepção das atividades de cuidado, antes relacionadas exclusivamente ao espaço doméstico e

compreendidas como atributo basicamente feminino, passando mais recentemente ao reconhecimento como atividade profissional conforme o processo de mercantilização (HIRATA, 2016).

Esta pesquisa empírica envolveu a realização de estudos de casos nos municípios de Curitiba (Paraná) e Fortaleza (Ceará), nos anos de 2013 e 2014. Adotando a estratégia de triangulação metodológica entre técnicas qualitativas e quantitativas, a construção dos dados foi por meio de grupos focais e de entrevistas estruturadas com questionários. A amostragem da pesquisa foi constituída por 190 (cento e noventa) entrevistas, das quais 95 (noventa e cinco) foram realizadas em cada uma das cidades. O questionário foi composto por perguntas fechadas e abertas, sendo estas codificadas com base na análise de conteúdo, e o conjunto de informações foi registrado em programa de análise estatística (SPSS). Os grupos focais foram realizados com beneficiárias residentes nas áreas de abrangência do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) Alto Boqueirão, em Curitiba, com 08 (oito) participantes, e do CRAS Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, com 06 (seis) participantes.

A opção por realizar as entrevistas nos referidos CRAS se efetivou pelo fato de se situarem em regiões de alta vulnerabilidade social nos respectivos municípios⁴. Pudemos contar com as intermediações de

4 As condições precárias do bairro Alto Boqueirão, que conta com uma população de 53.671 habitantes (IBGE, 2010) podem ser identificadas comparativamente entre os dados gerais do município de Curitiba. Por exemplo: a idade média da população do bairro é de 31,6 anos, enquanto a do município corresponde a 33,4 anos; a razão de dependência de jovens e idosos no bairro é de 38,60% e no município é de 37,98%; o índice de envelhecimento no bairro é de 25,17% e no município atinge 37,80%; o déficit habitacional no Alto Boqueirão é de 8,76% e em Curitiba cai para 5,34%; em relação à segurança, a taxa de homicídios no bairro é de 48,44, diminuindo para 42,81% no município, enquanto os índices de ocorrências gerais representam 55,90% no bairro em relação a 52,06% no município (WONS, 2015). O Conjunto Palmeiras, por sua vez, é o bairro com maior número de pessoas em situação de pobreza em Fortaleza, segundo o estudo “Desenvolvimento Humano, por bairro, em Fortaleza”, realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (FOTALEZA, 2010). Tendo como base os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), este estudo propôs a criação do Índice de Desenvolvimento Humano para o recorte geográfico dos bairros da capital cearense (IDH-B). Considerando uma dimensão por região, a Regional II destacou-se por possuir os bairros com melhor Índice de Desenvolvimento

assistentes sociais que nos possibilitaram o acesso às usuárias dos CRAS que aceitaram a participação voluntária na pesquisa.

Este artigo está organizado em duas partes, além desta introdução e considerações finais. Na primeira, exploramos as intersecções entre gênero e geração mobilizando a literatura especializada para a análise dos dados apresentados. A segunda parte dedica-se mais especificamente às análises sobre as práticas de gênero e de cuidados entre essas mulheres em situação de pobreza. Para nossos propósitos neste momento, os estudos de caso de Curitiba e de Fortaleza são analisados em seu conjunto e não lançamos mão de análises comparativas.

PARA UMA SOCIOLOGIA DAS INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO E GERAÇÕES

O problema de pesquisa aqui explorado levanta a indagação sobre eventuais mudanças e permanências em termos de relações de gênero, com vistas à igualdade entre homens e mulheres, e toma em consideração os mecanismos econômicos, institucionais e culturais que se impõem nesses processos de mudanças ou de reprodução social. Entre tais mecanismos, destaca-se a relevância da divisão sexual do trabalho como forma de captar o modo como as relações de gênero são produzidas, reproduzidas ou desafiadas em contextos econômicos, sociais e políticos específicos que encerram e configuram as oportunidades, as preferências e as capacidades individuais, por vezes mais abertas, outras vezes mais restritivas. A dimensão geracional permite a investigação sobre possíveis alterações na situação social das mulheres titulares do PBF e percepções dessas mulheres, considerando-se as comparações que elas fazem com a trajetória de vida de suas mães, bem como suas expectativas de futuro.

Do ponto de vista teórico, nossa análise parte da complexidade que o termo gerações carrega. Karl Mannheim (1982) é referência para o

Humano (IDH), enquanto a Regional V, onde se localiza o Conjunto Palmeiras, que se posicionou no *ranking* dos bairros em pior situação, tendo em vista que deteve o pior IDH-Renda (R\$ 239,25 mensal), além de se situar entre as piores posições de IDH-Educação e IDH-Longevidade (FORTALEZA, 2010).

sentido sociológico deste termo⁵, permanecendo, ainda, como uma notável influência para as abordagens recentes sobre o tema. Manuela Caballero Guisado e Artemio Baigorri Agoiz (2003), por exemplo, se encarregaram de discutir a operacionalidade do conceito de gerações e se atentaram para relevantes publicações calcadas em abordagens que visaram particularmente entender a questão geracional a partir dos “problemas de juventude”, culminando, mais recentemente, em estudos que vem contribuindo para uma maior compreensão, do ponto de vista teórico e empírico, de uma gama mais ampla de grupos etários, pela incorporação dos idosos. Guisado e Agoiz (2003), ao identificarem um sentido mais amplo de gerações, destacaram a importância de se incorporar a *coorte* demográfica, o curso de vida e o ciclo de vida, que têm mais utilidade do que o mero estudo dos “problemas de juventude”, obrigando a uma análise das relações intergeracionais muito mais complexas do que aquela que derivada da dicotomia jovens-adultos. A inclusão da “geração idosa” é pertinente, sobretudo, pelo fato concreto do aumento dos índices de expectativa de vida em variadas nações do planeta.

É relevante o registro da ênfase, dentre outras, que esses autores dão à complexificação da abordagem de Mannheim à construção do conceito de geração, a partir de três dimensões: (1) a *posição geracional*, fundamentada na existência do ritmo biológico do *ser em si*, isto é, nos fatos da vida e da morte e no fato da idade, pela incorporação dos sujeitos às mesmas forças dominantes da história; (2) a *conexão geracional*, que revela determinado “espírito da época”, significando mais do que pertencer a uma determinada unidade sócio-histórica, pois implica uma participação no destino comum desta unidade sócio-histórica e, (3) a *unidade geracional*, que se trata de uma adesão mais concreta que aquela que estabelece a *conexão geracional*: são grupos dentro da conexão geracional que implicam

5 Wivian Weller discute “o problema das gerações” na perspectiva de Mannheim, desenvolvendo uma reconstrução de seu ensaio homônimo (1928). Para mais detalhes sobre uma série de conceitos (situação geracional, posição geracional, conexão geracional) e noções (o problema da “enteléquia”) pertinentes ao tema, que não será possível desenvolver aqui, sugerimos consultar Weller (2007).

vivências, sentimentos e atitudes diversas e distintas dentro de um mesmo destino histórico real.

Cabe destacarmos, ainda, a argumentação de Mannheim de que, ao se tratar de uma geração, é fundamental que observemos a “não contemporaneidade do contemporâneo” (ou coetâneo). Isso significa, em termos analíticos, focar na reflexão sobre a dimensão geracional enquanto unidade e não como mero agregado de indivíduos que pertencem a uma faixa de idade em comum. Para nossa análise, é importante pensarmos em termos da “não contemporaneidade do contemporâneo”, porque partimos de reflexões que implicam na observação das percepções de valores e de comportamento e, conseqüentemente, na busca pela compreensão, particularmente em relação às mulheres em situação de pobreza, acerca das mudanças de valores e de comportamentos em relação às referências “passadas” (de suas mães) e futuras (de suas filhas e seus filhos). É nesse sentido que buscamos a articulação entre gênero e geração, por entendermos o viés geracional como elemento relevante para o processo de transformações das percepções das mulheres no que diz respeito a questões relativas ao trabalho remunerado e à própria percepção das atividades de cuidado, bem como referências à inserção das mulheres no mercado de trabalho que permitem provocar a cristalizada lógica dual e altamente questionável da configuração de papéis de homem provedor e de mulher confinada ao espaço doméstico.

No caso de pesquisas desenvolvidas no Brasil, encontramos em Alda Britto da Motta (2004, 2010), uma atenção voltada para a polissemia do termo gerações, tendo em vista o destaque que esta autora apresenta para a indissociabilidade do termo com a categoria idade. Tomando como ponto de partida o par conceitual idade/geração, Britto da Motta (2004, 2010) preocupa-se em apontar para três perspectivas ou sentidos

principais do referido par conceitual: *coortes*⁶, grupos etários⁷ e “gerações”⁸ propriamente ditas (MOTTA, 2010, p. 228).

Um relevante aspecto a ser destacado diz respeito ao fato de que a experiência de um tempo histórico comporta indivíduos de diferentes idades, o que por sua vez torna-se mais complexa, instável e, ao mesmo tempo, dinâmica, a construção de um conceito de tal porte. Conforme as argumentações de Motta (2010), levamos em consideração um sentido amplo de geração que “representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização *no tempo*” (MOTTA, 2010, p. 226).

Considerando ainda uma teoria das gerações, no âmbito dos estudos sociológicos no Brasil, destacamos a contribuição de José Maurício Domingues (2004), tendo em vista a ênfase atribuída ao termo “gerações em conjunção com o conceito de *subjetividade coletiva*” (DOMINGUES, 2004, p. 112). O referido conceito possibilita a reflexão sobre a vida social como processos de interação mais ou menos estruturados entre indivíduos e coletividades. Não implica, necessariamente, na ideia de que as subjetividades coletivas se referem aos atores que compartilham exatamente as mesmas propriedades que os indivíduos, mas que são mais ou menos “centrados”, no sentido de se configurarem como possuidores de identidades coletivas. A proposta de um conceito de “gerações” procura escapar da tendência encontrada nas contribuições empíricas de perceber as gerações como “coletividades homogêneas”. Ao identificar tal equívoco, o autor propõe um conceito que “contemple a heterogeneidade,

6 “*Coorte* é referência estatística ou demográfica e basicamente designa um conjunto de indivíduos nascidos em um mesmo intervalo de tempo, expostos a determinados eventos de caráter demográfico” (MOTTA, 2010, p. 228).

7 O sentido de “grupos etários”, compreendido numa acepção de geração, “se expressa, basicamente, em termos de *idades* (grupos etários, categorias de idade, classes de idade etc.) referindo-se quase sempre à filiação, guardando um sentido ou uma função classificatória que inclui tanto as posições na família como na própria organização social mais ampla” (MOTTA, 2010, p. 228).

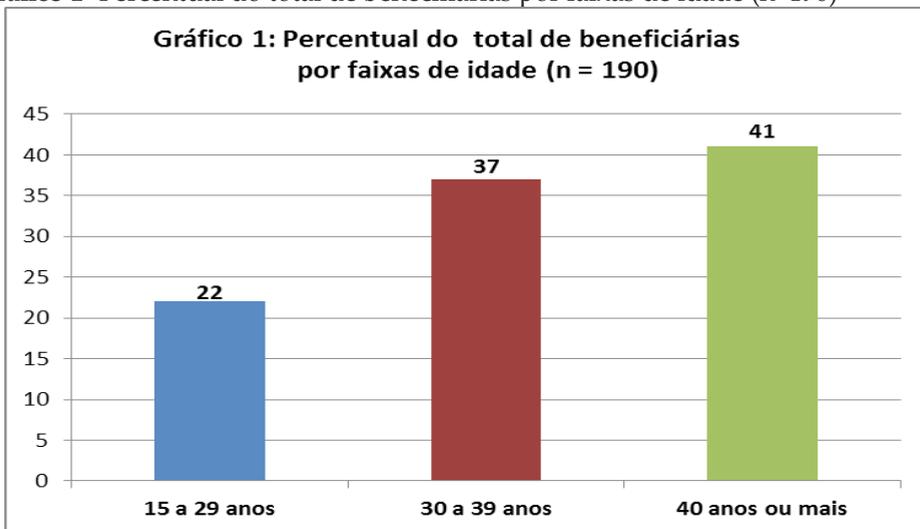
8 O termo “gerações”, num sentido macrossociológico, é evocado para designar a geração como “um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência, ou têm a potencialidade para tal” (MOTTA, 2010, p. 229).

o descentramento e a interatividade das gerações sociais, sem deixar de lado seu substrato material, inclusive biológico” (DOMINGUES, 2004, p. 112).

Vale destacar, ainda, o conceito de curso de vida. Se a noção de ciclo de vida, calcada em uma dimensão biológica, se direciona para o risco de universalização das etapas pelas quais os indivíduos atravessam ao longo da vida – a infância, a juventude, a fase adulta, a velhice -, do ponto de vista sociológico possibilita um investimento analítico mais profundo, já que leva em consideração a influência das diferenças culturais e as circunstâncias materiais da vida em sociedade, a despeito de variáveis sociodemográficas como as de classe social, de gênero e étnicas (GIDDENS; SUTTON, 2016, p. 190). Pensar em termos de curso de vida possibilita captar certas “subjetividades” que fazem parte da vida social e, conseqüente, permite uma melhor compreensão das percepções em contraste com as práticas sociais. Aqui focamos nas dimensões da pobreza e de gênero, tendo em vista a composição de nossa amostra composta exclusivamente por mulheres.

O Gráfico 1, abaixo apresentado, engloba todo o universo da pesquisa (190 entrevistadas) distribuído em três faixas de idades: de 15 a 29 anos, de 30 a 39 anos e de 40 anos ou mais. Nele observamos a concentração de 22% das beneficiárias na primeira faixa, enquanto na faixa intermediária encontram-se 37% e na última faixa estão 41% das beneficiárias entrevistadas.

Gráfico 1- Percentual do total de beneficiárias por faixas de idade (n=190)



Fonte: Autores.

Com relação aos grupos focais realizados nas cidades de Curitiba⁹ e Fortaleza¹⁰, as participantes possuíam idades entre 17 a 43 anos e o período de recebimento do benefício variava entre 5 meses a 10 anos¹¹.

Aqui é fundamental a perspectiva geracional como processo de socialização *no tempo*, tendo como ponto de partida as vivências de experiências comuns num dado momento histórico, independente da variação de idades. Mannheim (apud MOTTA, 2010) discorre sobre este aspecto calcado na categoria “unidade de geração”, com o intuito de designar a potencialidade – ou não – de formação de “grupos concretos” em que se fracionariam as gerações¹². Do ponto de vista qualitativo, a

9 Este grupo focal foi composto por seis mulheres (cinco das quais titulares e uma beneficiária, cuja mãe é a titular).

10 Este grupo focal foi composto por oito mulheres, todas titulares do benefício.

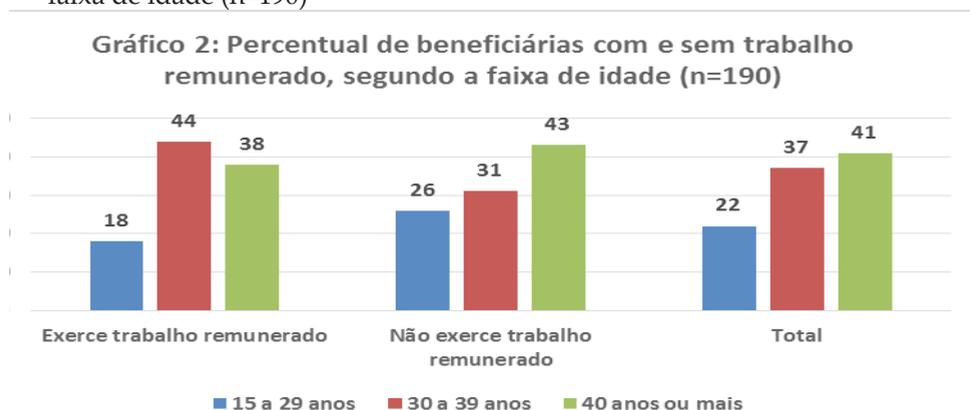
11 As beneficiárias que, em 2013, estavam há 10 anos no PBF foram beneficiárias também dos programas de transferência de renda anteriores, como o Bolsa Escola, Vale Gás e o Bolsa Alimentação.

12 “Mannheim [...] propõe a categoria “unidade de geração” para designar a potencialidade – ou não – de formação de “grupos concretos” em que se fracionariam as gerações e, por outro lado, incorpora a formulação de Pinder (apud MANNHEIM, 1982) sobre a “não contemporaneidade do contemporâneo”: “Todas as pessoas convivem com pessoas da mesma e de diferentes idades [...].”

questão geracional aparece de modo mais explícito, porém, nas discussões realizadas com as participantes do grupo focal de Curitiba, conforme abordaremos mais adiante.

Tomando a idade como variável independente, apresentamos a distribuição percentual das beneficiárias entrevistadas, levando em consideração sua situação no mercado, isto é, se exercem ou não trabalho remunerado, segundo as faixas de idade (Gráfico 2). Respectivamente, apresentamos os percentuais relativos à presença ou não de cônjuge (Gráfico 3), à presença de criança em idade de creche (Gráfico 4) e à distribuição de tarefas relacionadas ao domicílio entre as respondentes (Gráfico 5).

Gráfico 2 – Percentual de beneficiárias com e sem trabalho remunerado, segundo a faixa de idade (n=190)



Fonte: Autores.

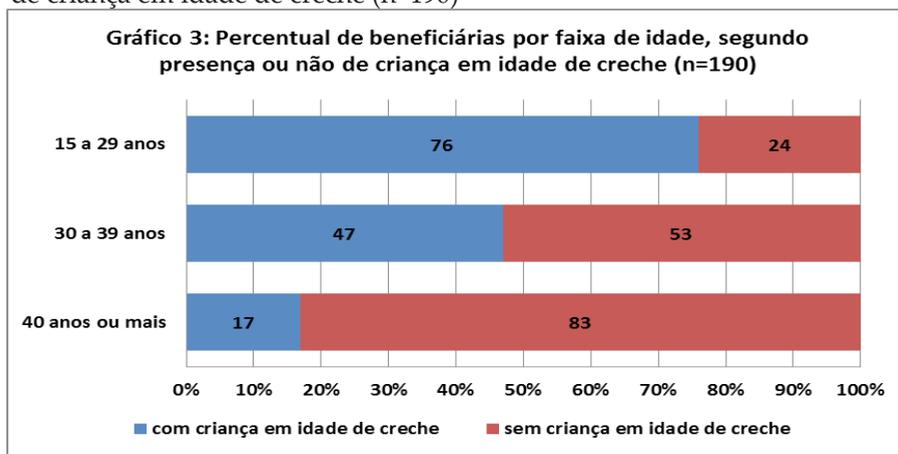
Do total de 190 beneficiárias, conforme a situação no mercado de trabalho (Gráfico 2), o menor valor percentual daquelas que exercem trabalho remunerado se concentra na faixa de idade mais jovem: 18% das mulheres entre 15 a 29 anos. Na faixa intermediária estão concentradas 44% das mulheres que têm maior participação no trabalho remunerado

Mas para cada uma o mesmo tempo é um tempo diferente [...]” (MANNHEIM, 1928, p. 124, apud MOTTA, 2010, p. 230).

representando, por sua vez, o maior valor percentual da amostra; e na faixa de idade de 40 anos acima estão concentradas 38% das entrevistadas.

Em comparação com a taxa nacional de participação das mulheres no mercado de trabalho (58,9%), nota-se, pela média de nossa amostra, que as mulheres pobres têm menor acesso ao mercado de trabalho. Levando-se em conta o histórico de participação dessas mesmas mulheres no mercado de trabalho, constata-se que essa menor participação não pode ser imputada a possíveis efeitos da transferência de renda. Pesquisas sociológicas desenvolvidas sobre o tema da inserção das mulheres no mercado de trabalho, a exemplo da tese de Laís Abramo (2007), apontam para uma forte cristalização no imaginário social, seja da classe empresarial ou sindical e até mesmo das próprias mulheres, da “noção da mulher como uma força de trabalho secundária”. Tal noção, conforme afirma Abramo (2007, p. 15), “tem um papel fundamental nesse padrão de hierarquização, subordinação e discriminação”, mas não faz sentido, seja do ponto de vista teórico ou empírico, tendo em vista que a configuração atual do mercado de trabalho e das famílias “não se caracteriza mais por um confinamento radical da mulher à esfera doméstica” (ABRAMO, 2007, p. 16). Essas mulheres apresentam uma percepção positiva em relação ao recebimento do auxílio do PBF. Em suas falas aparecem, entretanto, referências às dificuldades com o cumprimento das condicionalidades impostas, notadamente a manutenção dos filhos na escola com frequência mínima de 85%. Essas são dificuldades em relação ao acúmulo de responsabilidades e à conciliação entre a realização de atividades domésticas e o trabalho remunerado. Considerando que essas responsabilidades são afetadas diferentemente a depender do ciclo de vida da família, no Gráfico 3 apresentamos o percentual de beneficiárias por faixa de idade, segundo a presença ou não de criança em idade de creche.

Gráfico 3 – Percentual de beneficiárias por faixa de idade, segundo presença ou não de criança em idade de creche (n=190)



Fonte: Autores.

Percebe-se que as mais jovens são mais afetadas pelas demandas por cuidado infantil, uma vez que representam o maior percentual (76%) com a presença de criança em idade de creche. Na faixa entre 30 a 39 anos estão situadas 47% das respondentes e aquelas que estão localizadas na faixa acima de 40 anos representam apenas 17% do total da amostra com crianças em idade de creche.

O fato de ter criança na faixa de idade de 0 a 3 anos pode significar um fator inibidor da participação das mulheres pobres no trabalho remunerado, conforme elas próprias apontam em seus relatos. Daí pode-se inferir a menor participação das mulheres entre 15 a 29 anos no trabalho pago (Gráfico 2), paralelamente aos obstáculos presentes nas próprias dinâmicas do mercado de trabalho, o que tem sido desfavorável à população jovem.

Tal conexão entre a presença de crianças pequenas e a não participação das mulheres no trabalho pago não pode ser vista como se tratasse de uma relação necessária e deve ser refletida considerando-se a construção social dos papéis de gênero, o que resulta, tradicionalmente, na vinculação das mulheres com o trabalho de cuidado.

GÊNERO E CUIDADO NO CONTEXTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE POBREZA

Medeiros e Pinheiro (2018, p. 164-166) identificaram na literatura especializada quatro teses que pretendem explicar a desigual distribuição do trabalho reprodutivo: i) *recursos relativos/teoria da dependência econômica*, segundo a qual haveria uma barganha entre os membros do domicílio cujo resultado é a atribuição do trabalho doméstico a quem se encontra na situação de dependência econômica; a ênfase na dimensão econômica é uma das limitações desta tese; ii) *tempo disponível*: de acordo com esta tese, o trabalho doméstico é distribuído no domicílio com base no tempo disponível por seus membros; iii) *ideologia de gênero*: nesta perspectiva o trabalho doméstico é distribuído com base na reprodução simbólica “vinculada às relações de gênero”; iv) *ciclos de vida*: nesta abordagem, os ciclos de vida, envolvendo casamentos, filhos, idade dos filhos, gênero dos filhos, arranjos como casais do mesmo sexo e grupos de pessoas que coabitam são fatores que intervêm no volume do trabalho de cuidado exigido e no modo como esse trabalho é dividido. Como apontam os autores, as duas primeiras teses supõem uma divisão neutra do trabalho reprodutivo em relação a gênero, um fator de destaque para sua limitação explicativa. Ao mensurar as desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, em 2013, os autores constataram que a combinação das quatro teses oferece a melhor moldura analítica capaz de explicar mais satisfatoriamente a persistente situação em que as mulheres dedicam mais tempo de trabalho não pago.

A representação dos papéis de gênero, fartamente discutida pela literatura sociológica, somada à incipiente cobertura dos serviços de educação infantil e oferta de creches, em particular, explicam a incidência negativa da presença das crianças no trabalho remunerado das mulheres em situação de pobreza. Atividades de cuidados com a infância despontam como indicadores significativos para a mensuração das atividades exercidas maciçamente pelas mulheres (JELIN, 1998; ESPING-ANDERSEN, 1995; LAVINAS; NICOLL, 2006).

Historicamente, em diferentes sociedades, as capacidades das mulheres, em diferentes idades, foram circunscritas, muitas vezes quase interditas, diante de arranjos sociais que convertem as mulheres em pessoas dedicadas às necessidades dos outros, ou, na linguagem de Martha Nussbaum (2002), as mulheres são frequentemente vistas como um *meio* e não como um *fim em si mesmo*.

Trabalho doméstico, cuidado e uso do tempo são temas particularmente sensíveis para se dimensionar padrões sociais de gênero e dão concretude a esses arranjos segundo os quais as mulheres são um *meio* para a realização das necessidades dos outros. Quando essas questões são tratadas à luz da perspectiva geracional ampliam-se também as possibilidades de captar processos de mudanças e de reiteraões sociais. Uma gama diversificada de conceitos tem sido produzida no interior dos estudos feministas, a fim de se gerar explicações cada vez mais refinadas. Uma primeira separação analítica relevante a se fazer é a distinção entre “domesticidade” e reprodução social. Como observaram as feministas, “nem todas as tarefas ligadas à reprodução social são realizadas no âmbito doméstico, ainda que quase tudo o que acontece no espaço doméstico se vincule direta ou indiretamente com a reprodução” (ESQUIVEL; FAUR; JELIN, 2012, p. 18). Do mesmo modo, nem todo “cuidado” se realiza no domicílio e abrange também redes sociais familiares e comunitárias, acesso ao mercado e acesso ao Estado, via políticas públicas. Tal distinção é fundamental quando se pretende incluir, na agenda pública, demandas por serviços públicos dirigidos às necessidades de reprodução social. Há ainda que se considerar a dimensão mercantil na realização das necessidades de reprodução social, quando pessoas ou famílias acessam serviços via mercado. Outro aspecto relevante é ter em consideração o fato de que parte do trabalho doméstico é realizada sob a forma de trabalho pago e parte como trabalho não pago. Família, mercado, Estado e comunidade são, portanto, na sociedade moderna, dimensões possíveis para se acessar serviços de cuidado. Ocorre, todavia, que essas dimensões são generificadas (MARIANO; SOUZA, 2015).

Tomamos, portanto, como conceito de cuidado: “[...] las actividades y relaciones orientadas a alcanzar los requerimientos físicos y emocionales de niños y adultos dependientes, así como los marcos normativos, económicos y sociales dentro de los cuales éstas son asignadas y llevadas a cabo.” (DALY; LEWIS, 2000, p. 285 apud ESQUIVEL; FAUR; JELIN, 2012, p. 18).

Três questões aqui merecem ser colocadas em evidência: i) pelos arranjos econômicos, sociais e culturais, cabe às mulheres a tarefa social de prover a maior parcela dos serviços de cuidado, seja na forma de trabalho não pago ou de trabalho pago; ii) quando se observa o trabalho doméstico pago, tal como ocorre no Brasil, identifica-se uma evidente associação de gênero, classe e raça, isto é, são mulheres, pobres e negras as que se empregam neste tipo de ocupação (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000); mais recentemente, no Brasil, este fator também tem envolvido uma dimensão geracional, na medida em que tem se caracterizado como uma ocupação sem reposição (MEDEIROS; PINHEIRO, 2018); iii) a importância das políticas públicas para a provisão dos serviços de cuidados e redução do tempo das mulheres dedicado a trabalhos não pagos.

O pacto social pelo qual o cuidado ficaria sob a responsabilidade familiar e feminina tem suas bases questionadas com os processos sociais mais recentes. Esquível, Faur e Jelin (2012, p. 18) observam que a conciliação entre responsabilidade doméstica e trabalho remunerado continua sendo uma questão preocupante que exige a formulação de políticas públicas, pois as políticas de “conciliação” são para as mulheres, já que estas continuam sendo responsáveis pela organização doméstica, ainda que incorporadas mais massivamente ao mercado de trabalho. Devemos destacar, contudo, que a experiência dessas mulheres em situação de pobreza, no contexto brasileiro e latino-americano, todavia, não envolve, na maioria das vezes, o acesso a políticas de conciliação, uma vez que elas se inserem em trabalhos altamente precarizados, informais e sem as coberturas legais que dizem respeito à conciliação enquanto política.

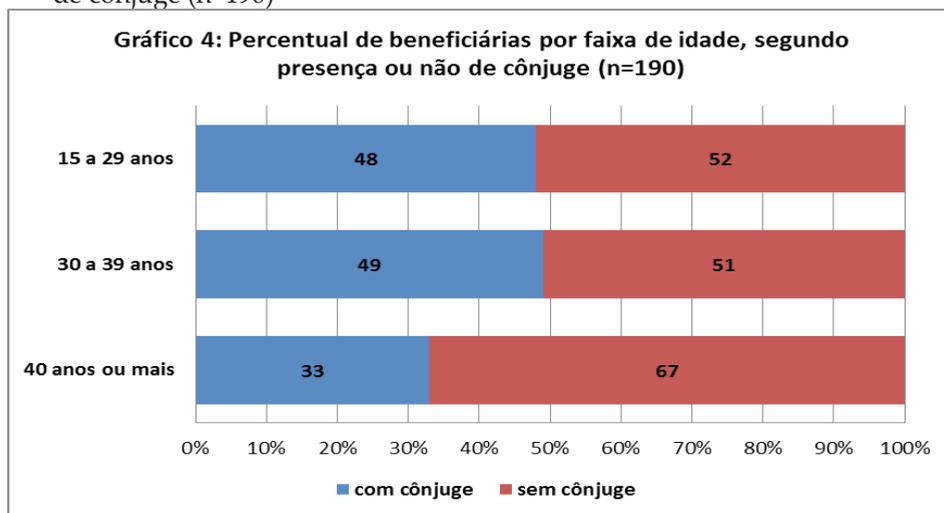
A despeito de uma diversidade conceitual, o ponto comum entre os diferentes enfoques dos estudos feministas é a disposição para

questionar a associação entre mulheres e cuidado e entre cuidado e esfera privada para converter o tema em uma questão pública. Desse modo, cuidado é tanto uma agenda de pesquisa como uma agenda política, isto é, busca se construir tanto com teor analítico como ferramentas políticas (ESQUIVEL, 2015).

Apoiando-se em Nancy Fraser, Esquivel (2015, p. 89) observa que “uma abordagem transformadora sobre o cuidado significa modificar radicalmente a prestação de cuidados (e possivelmente também a definição dos beneficiários e das beneficiárias) através do *reconhecimento*, *redução* e *redistribuição* do trabalho de cuidado”. Tal transformação exige o reconhecimento do cuidado (mensurar o uso do tempo, remover sua invisibilidade e romper com sua naturalização como tarefa feminina); a redução do cuidado (redução do tempo gasto pelas mulheres nas tarefas de reprodução social, especialmente por meio da melhoria de infraestrutura social) e redistribuição do cuidado. Este último aspecto reserva alguns desafios particulares: i) famílias monoparentais ou outros arranjos que implicam na ausência de outros adultos com os quais dividir o trabalho de cuidado no espaço doméstico; ii) famílias com excesso de demanda de cuidados (muitas crianças, pessoas idosas, doentes ou com deficiência); iii) precariedade do mercado de trabalho, o que limita as possibilidades das políticas de “conciliação família-trabalho”, pois mulheres e homens, na informalidade, não acessam direitos como licenças ou afastamentos por maternidade ou paternidade remunerados (ESQUIVEL, 2015). A alternativa a tais desafios estaria, novamente, no acesso a serviços públicos, pouco disponíveis a essas mulheres em situação de pobreza no Brasil.

Pensando em tipos de arranjos domésticos, no Gráfico 4 nota-se que as mulheres dos dois primeiros grupos de idade, entre 15 a 29 anos e entre 30 a 39 anos apresentam situação bem semelhante. Entre as mulheres com 40 anos ou mais, por sua vez, um terço delas convivem com cônjuge.

Gráfico 4 – Percentual de beneficiárias por faixa de idade, segundo presença ou não de cônjuge (n=190)



Fonte: Autores.

Não se pode, todavia, considerar automaticamente a presença de cônjuge como fator positivo e a ausência como fator negativo. Entre as mulheres participantes dos grupos focais, a presença do marido aparece, por vezes, como uma forma de cooperação:

Eu acho que um ajuda o outro né, pelo menos lá em casa é assim. Se eu posso pagar uma conta, eu vou lá e pago, e ele ajuda da mesma forma (participante em grupo focal realizado em Curitiba).

E assim, eu pago aluguel. Mas se eu tiver uma faculdade, eu tenho certeza que eu vou melhorar o meu ganho e do meu marido, então vai dar pra gente comprar uma casa (participante em grupo focal realizado em Fortaleza).

No entanto, em muitas ocasiões esta presença resulta em um peso para as mulheres:

Eu sei que nós como mãe temos que dar conta do marido, dos filhos, da casa, muitas vezes temos que trabalhar fora pra ajudar na renda (participante em grupo focal realizado em Fortaleza).

Tem o marido também [para cuidar], além de cuidar das coisas de casa, aí é mais difícil arrumar um serviço, às vezes ele não quer ajudar ou pegar as crianças (participante em grupo focal realizado em Curitiba).

Os tópicos que destacamos constituem o mosaico da problemática da conciliação entre trabalho pago e trabalho doméstico. Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) teceram uma leitura crítica sobre a política da conciliação ao ressaltarem que se trata de uma perspectiva que leva em consideração apenas a conciliação por parte das mulheres, sem afetar, com isso, o uso do tempo dos homens e sua participação nas tarefas associadas à reprodução e ao cuidado. Entre outros problemas, apontam também que a perspectiva da conciliação pode ser interpretada como uma atualização da abordagem da complementaridade, tributária do funcionalismo. Como bem sabemos, pelo amplo acúmulo das pesquisas feministas na área, a abordagem funcionalista sobre família, incluindo aí concepções sobre papéis de gênero e cuidado, redundando em concepções acríticas sobre as hierarquias sociais, assumindo, com frequência, concepções essencialistas, ou naturalizadas, sobre as responsabilidades socialmente atribuídas a homens e mulheres.

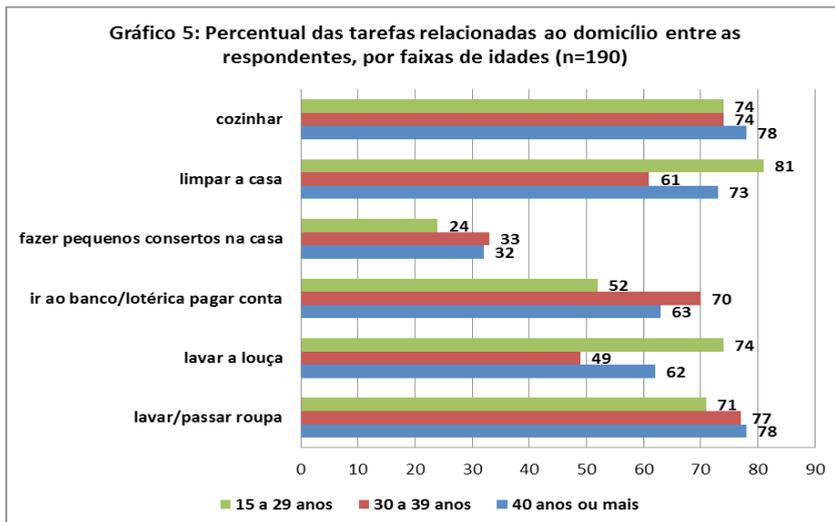
Helena Hirata (2016) desenvolveu estudo comparativo entre Brasil, França e Japão sobre o trabalho de cuidado, contribuindo com a possibilidade de reflexões mais acuradas acerca da própria distinção entre as noções de trabalho doméstico e de cuidado ao apontar a atividade de cuidado como “exemplar das desigualdades imbricadas de gênero, de classe e de raça, pois cuidadores são majoritariamente mulheres, pobres, negras, muitas vezes migrantes” (HIRATA, 2016, p. 54). O trabalho de cuidado foi exercido inicialmente e ao longo de muitos anos no âmbito do espaço doméstico, sem remuneração e “por amor”. Paulatinamente foi se configurando como profissão por meio do processo de mercantilização do trabalho feminino de cuidado, anteriormente gratuito e invisível, passando, desse modo a ser visibilizado e considerado “trabalho”, à medida que passa a incorporar formação profissional, promoção, carreira

e salário. Neste sentido, o trabalho de cuidado, enquanto categoria profissional, passa a incorporar um considerável contingente de homens, a exemplo das instituições para idosos no Japão que, de acordo com dados da pesquisa de campo (2010-2011), revela que de 30 a 35% dos *care workers* são homens (HIRATA, 2016, p. 54).

A conciliação entre trabalho remunerado e cuidados com a casa e família é dramática para as mulheres em situação de pobreza, seja com relação à presença do cônjuge ou não. Mais rigorosamente, dada a inexistência de serviços públicos dirigidos aos cuidados, as vivências dessas mulheres são mais bem compreendidas em termos de sobreposição ou concorrência, e não conciliação, entre vida profissional e vida familiar. Exemplo desta afirmação pode ser constatado no Gráfico 5, que apresenta o percentual de distribuição de tarefas relacionadas ao domicílio entre as respondentes, segundo as faixas de idade.

Neste caso, os valores percentuais se referem a respostas múltiplas e que dizem respeito apenas à alternativa em que as respondentes afirmaram que apenas elas realizam tais atividades domésticas.

Gráfico 5 – Percentual das tarefas relacionadas ao domicílio entre as respondentes, por faixas de idades (n=190)



Fonte: Autores.

Esses dados revelam a ampla responsabilidade das mulheres beneficiárias do PBF na realização das mais variadas atividades domésticas que foram citadas no questionário. A única atividade que destoa das outras elencadas, apresentando uma menor participação por parte dessas mulheres, é a de fazer pequenos consertos na casa. Atividade esta que se configura, dentro de um modelo estereotipado, como de responsabilidade “masculina”. Neste quadro geral, podemos observar que predomina uma tradicional divisão sexual do trabalho que vincula as mulheres ao cuidado e ao espaço doméstico. Como observam Marcelo Medeiros e Luana Pinheiro (2018), esse é o padrão de distribuição dos trabalhos não pagos, no espaço doméstico, entre homens e mulheres no Brasil. O que se nota nesse padrão é que as atividades destinadas às mulheres são mais rotineiras e com menor liberdade para distribuição no tempo. Diferentemente, atividades como a realização de pequenos consertos na casa podem ser feitas esporadicamente e com mais liberdade para programação por parte dos homens.

Ainda em relação ao Gráfico 5, considerando as faixas de idade, atividades como cozinhar e lavar/passar roupa não apresentam grandes variações. As mulheres concentradas na faixa de idade mais jovens são maiores responsáveis pela limpeza da casa e por lavar a louça e, por outro lado, são proporcionalmente as que menos realizam atividades como ir ao banco ou à lotérica pagar contas, muito provavelmente, neste último caso, pelo fato de se encontrarem, em maior proporção, fora do mercado de trabalho e, conseqüentemente, por terem maior dependência financeira.

Sob outro aspecto, cabe ressaltar que, independente da faixa de idade, ainda que estas mulheres se situem no mercado de trabalho remunerado, elas permanecem no exercício da dupla jornada, conciliando trabalho remunerado e responsabilidades pelas atividades de cuidados com a casa.

Dada esta apresentação geral dos dados, tomando as faixas de idade como variável independente, um problema que nos instiga se trata da questão relativa ao empoderamento em decorrência do benefício (CARLOTO; MARIANO, 2012). Em nosso ponto de vista, esta dimensão

do empoderamento das mulheres não é tão simples, tendo em conta que um dos efeitos visados pelo PBF, legar às mulheres certa independência financeira, não se efetiva automaticamente. Neste sentido, os depoimentos das mulheres participantes do grupo focal realizado em Curitiba são reveladores. Lançamos questões sobre as relações dessas mulheres com os respectivos cônjuges e estas não demonstraram grande interesse em aprofundar a discussão sobre esse ponto mais específico, mas foram consensuais ao reiterar a resposta de que “nada mudou” nas relações com o marido.

Em Fortaleza, identificamos a mesma percepção quando as participantes do grupo focal foram questionadas se alguma coisa teria mudado na relação com as pessoas da casa ou da família, pelo fato de receber o benefício. Eis um exemplo:

Beneficiária: Não, não mudou nada não. Ficou do mesmo jeito.

Moderadora: Com o companheiro, quando você está recebendo um benefício, pega o dinheiro a mais?

Beneficiária: Não, não mudou nada não. A mesma coisa. Percebo diferença nenhuma não.

Moderadora: Você não teve mais autonomia não?

Beneficiária: Não, não, do mesmo jeito.

Moderadora: O fato do cartão vir no teu nome, isso é importante?

Beneficiária: É importante porque foi eu que fiz, e está no meu nome e nunca foi mudado e sempre foi no meu nome. Mas não mudou em nada, a mesma coisa.

Moderadora: Quem arca financeiramente na sua casa?

Beneficiária: É o meu esposo.

Moderadora: E aí depois do benefício sair ele...

Beneficiária: Ele continua. É, continua. Agora como o meu filho está trabalhando, é os dois. Ele não tá trabalhando. O meu filho é que tá. Recentemente ele saiu da empresa.

As declarações dessas mulheres não nos indicam conquista de

mais autonomia em relação ao marido ou a conquista de um direito. Há mais ênfase na contribuição do benefício como complementação da renda:

Eu tenho uma amiga que ela tem seis filhos, pra ela foi uma maravilha, pra ela foi bom demais e tem outras que, por exemplo, trabalham e recebem ainda. Não foi cortado ainda. E tem delas que o pouco que recebem também não reclama. Acham bom. Porque tem delas que não tem renda, às vezes o marido não está trabalhando aí todo mês receber aquele dinheirinho pra ela já é bom. Já tem algo pra se alimentar (participante em grupo focal realizado em Fortaleza).

As condicionalidades e o fato da conseqüente atividade de gestão do BF recair sobre a mulher responsável ou corresponsável pelo domicílio é um ponto relevante a ser destacado, pois acaba por determinar mais sobreposição de tarefas para as mulheres. Mariano destaca que

[...] quando são colocadas na agenda pública as preocupações com a 'questão social' e são tomadas de uma perspectiva de combate à pobreza, a contribuição das mulheres esperada pelas ações estatais é o eficiente cumprimento de suas funções de mãe e cuidadora (MARIANO, 2009, p. 125).

Os dados qualitativos, que emergiram nos grupos focais, são ilustrativos para refletir sobre a questão geracional e podem ser exemplificados a partir de depoimentos das participantes que se referiram à sua própria condição estabelecendo comparações, em aspectos variados, com a geração de suas mães e a dos filhos. Algumas das mulheres de Curitiba relataram uma infância de dificuldades:

A minha mãe morreu e eu tinha três anos de idade [...] meu pai colocou a gente pra trabalhar... com dez, nove anos de idade, meu pai já arrumou serviço pra gente. A gente mudou pra Curitiba,

minha irmã não tinha nem oito anos direito e meu pai já arrumou uma casa pra ela trabalhar [...]. Então, com sete anos de idade a minha irmã já estava trabalhando fora, eu com dez anos já estava em casa de família, como empregada. Muitas vezes chegava na casa e tinha que fazer coisas que dentro da sua [própria] casa você não tinha [que fazer], que era passar aspirador de pó, limpar carpete (participante em grupo focal realizado em Curitiba).

Eu não tive infância, nem nada, entendeu? Comecei a trabalhar na roça com seis anos. Então a gente não teve infância. Eu falo pra eles [os filhos]: “a mãe sofreu muito” (participante em grupo focal realizado em Curitiba).

Quando eu era pequena a minha mãe trabalhava de dia e de noite e eu que cuidava do meu irmãozinho menor. Então eu não tive infância. Quando tinha que pagar conta era eu, ela me entregava o salário inteiro na mão “ah, vai pagar as contas pra mãe, porque a mãe não tem tempo”. Em casa eu era a dona da casa, sabe, porque minha mãe era muito difícil ver ela em casa. Ela era cozinheira, então de dia ela trabalhava em um restaurante a noite em outro. Ela tinha que manter a casa e poder criar nós. Agora é bem melhor, né? (participante em grupo focal realizado em Curitiba).

A trajetória dessas mulheres é marcada pela presença do que Hirata e Kergoat (2007) chamam de “delegação”. São histórias nas quais essas mulheres assumiram, por delegação, o cuidado de crianças e casas de outras mulheres, assim como também delegaram o cuidado de seus filhos a outras mulheres. Esse aspecto da delegação tem evidentes variações por classes sociais e o trabalho doméstico pago, desempenhado quase que exclusivamente por mulheres pobres e na maioria negras, faz a mediação entre mulheres de diferentes classes sociais, como também apontaram Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2000). Corroborando achados de outras pesquisas, as autoras identificam como o trabalho doméstico pago faz a ponte entre mulheres precarizadas e mulheres de estratos sociais superiores.

A afirmação de “não ter tido infância” apareceu com frequência nos relatos e estas mulheres geralmente contrastaram sua situação com a dos filhos, sobre os quais direcionam uma expectativa mais otimista com relação ao futuro. As participantes de Curitiba foram unânimes ao destacar seus anseios para que os filhos prossigam, sobretudo em relação à educação, além do ponto em que lograram atingir:

No meu futuro eu quero ver meus filhos bem, indo longe, porque o que eu não pude fazer eu quero que eles façam”; “É pra isso eu vou trabalhar duro também porque eu [...] não tive oportunidade de estudar [...], mas eu quero que eles estudem e tenham um futuro para frente (participantes em grupo focal realizado em Curitiba).

As falas, neste sentido, apontam para uma percepção diferenciada de sua geração em relação à dos seus filhos. Percepção que apresenta com mais clareza o reconhecimento da educação formal como elemento de transformações, seja do ponto de vista material ou simbólico. Daí nosso entendimento da importância de se pensar em termos de curso de vida, conforme Giddens e Sutton (2016, p. 193) ao apontarem que “os estudos nessa tendência podem muito bem oferecer novas informações sobre o problema estruturação do ponto de vista dos atores sociais em diferentes etapas do curso de vida”.

Sorj, Fontes e Machado (2007, p. 593), ao abordarem as políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil, chamaram atenção para os sistemas tradicionais que contam com a disponibilidade de ajuda de parentes, “especialmente com o auxílio das avós (co-residentes ou não) nos cuidados da casa e das crianças”. Entretanto, observam que este quadro vem sofrendo alterações. Um dos fatores explicativos de tais alterações é porque “as novas gerações de mulheres brasileiras que estão envelhecendo são muito diferentes das suas mães e avós. São mulheres mais educadas e que já se encontram mais conectadas ao mundo do trabalho”.

No caso das mulheres participantes da nossa pesquisa, com relação à geração de suas mães, a tônica central da discussão foi conduzida para uma diferenciação que diz respeito à situação de opressão sentida pelas mulheres, particularmente em situação de pobreza. Ainda que apresentem ter uma clareza de suas próprias dificuldades, marcadas principalmente pela condição de pobreza e de gênero, destacaram viver em condições melhores do que as de suas genitoras, conforme alguns exemplos que ilustramos abaixo.

Eu tenho coragem de sair e enfrentar a vida, eu só não arrumei um trabalho porque eu não tenho quem carregue meus filhos para cima e para baixo, então eu ainda dependo do dinheiro que ele [ex-marido e pai das crianças] manda para pagar as contas de casa. Se ele chegar e falar que não tem pra onde ir, então eu falo pra ele “fica e cuida das crianças, porque eu vou cuidar da minha vida”. Antigamente as mulheres não tinham essa coragem de fazer, sabe. Elas levavam chifre, pegavam doenças do marido, apanhavam, eram muito maltratadas e não podiam fazer nada porque elas não tinham pra onde correr. Hoje não, hoje elas têm, elas têm o que fazer, e tem muita mulher que fica nessa vida hoje porque... porque não tem coragem, né? (participante em grupo focal realizado em Curitiba).

O tema da violência apareceu em ambos os grupos focais. Porém, no caso de Fortaleza, a problemática da violência foi ressaltada de modo mais geral. Relataram mais sobre a violência urbana, com referências ao tráfico e uso de drogas, que estão “tomando conta” do bairro ou, de modo mais superficial, sobre a maternidade precoce (“adolescentes de 12 e 13 anos todas já sendo mãe. Todas com bebê no colo”).

No caso de Curitiba a violência contra a mulher foi destacada de modo mais específico e a partir de relatos concretos, tendo como referências familiares mulheres de gerações anteriores às suas: “Minha mãe apanhava do meu pai”, “eu tive uma tia que sofria muito com o meu tio porque às vezes ele bebia demais, só quando ele bebia, porque aí ele queria bater na minha tia”.

A tônica de reprovação a essas práticas sociais, especialmente no caso da violência doméstica contra a mulher, expressa mudanças de percepções sobre as relações de gênero, com mais reconhecimento de que as mulheres são dignas de respeito e são sujeitos de direitos. Tais inovações são mais vocalizadas pelas mulheres mais jovens, evidenciando assim uma clivagem geracional. Se, por um lado, tais percepções envolvem avanços em direção ao princípio de igualdade de gênero, por outro lado, convivem com a persistência dos padrões tradicionais quanto às responsabilidades do cuidado com a casa e os filhos, ou crianças, como tarefas femininas. Essas ambiguidades são consistentes com achados da pesquisa realizada por Clara Araújo e Celi Scalon (2005, 2006). Ao analisar os resultados de pesquisa nacional sobre tema semelhante, Araújo e Scalon (2006, p. 4) consideraram que “há uma elevada aceitação do trabalho como parte constitutiva da vida da mulher” [...] [e] essa aceitação é acompanhada da permanência da valorização da domesticidade feminina, particularmente de seu aspecto maternal”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos relatos aqui explorados podemos inferir que as beneficiárias do PBF, participantes da pesquisa, ressaltaram ter uma vida melhor do que a de suas mães, destacando a formação de uma nova consciência das mulheres acerca de sua realidade e da possibilidade de alternativas de mudanças que percebem para a própria vida. Uma das considerações que podemos destacar diz respeito ao fato de que a identificação de alterações ocorridas nas condições de vida dessas mulheres e de suas famílias se deve muito ao reconhecimento de um processo de transformações gerais na sociedade brasileira, de formação de uma percepção acerca das próprias transformações sociais, das mentalidades sobre as mulheres, em relação às mulheres das gerações de suas mães.

Esse processo de ampliação de autonomia das mulheres, com vistas à redução das desigualdades de gênero, é fortemente influenciado pela dinâmica da modernização da cultura e de avanços em termos de

desenvolvimento humano. Como determinadas pesquisas internacionais têm apontado, a escolaridade é a variável que mais intervém positivamente nessas mudanças (INGLEHART; NORRIS, 2003).

A perspectiva geracional é aqui refletida a partir de sua dinâmica de socialização *no tempo*, considerando o processo de curso de vida e reconhecendo que a despeito da variação de idades das mulheres que fazem parte da amostra analisada, o que se leva em consideração é uma base empírica calcada nas vivências de experiências comuns, num momento específico, cujo recorte temporal é marcado pela implementação do PBF, em 2003, até os dias de hoje. Neste sentido, levamos em conta as noções de *subjetividades coletivas*, porque se tratam de mulheres de idades diferenciadas, residentes em dois municípios localizados em regiões distintas do país. Por outro lado, a categorial conceitual mannheimiana de “unidade de geração”, despontou-se como analiticamente significativa porque tratamos de um grupo de beneficiárias de um programa de transferência de renda, em condição de pobreza comum, configurando como “grupo concreto”.

Ainda que compreendamos que as beneficiárias, de modo geral, percebam positivamente o auxílio recebido pelo PBF, tendo em vista que o benefício é percebido como um complemento de renda para sua família é pertinente ressaltar suas queixas no que diz respeito às condicionalidades impostas e o conseqüente acúmulo de responsabilidades dessas mulheres, dado o desafio cotidiano de conciliação entre as atividades domésticas e o exercício do trabalho remunerado.

Por fim, ao longo do presente artigo, frisamos que se o PBF não cria mecanismos que desestimulam a procura pelo trabalho remunerado, por outro lado, não responde necessariamente às expectativas de autonomia feminina evocadas pelas feministas. Constatamos, ainda, que as condições vivenciadas por essas mulheres não favorecem a conciliação entre vida familiar e vida profissional. Antes, são formas de sobreposição, o que aumenta a sobrecarga das mulheres e, assim sendo, há concorrência, e não conciliação, entre trabalho pago e cuidado familiar.

Conforme demonstramos, os aspectos positivamente associados a mudanças nos padrões de gênero, com maior autonomia para mulheres em situação de pobreza, coexistem com permanências de certas dimensões desses padrões, notadamente no que se refere ao tema do cuidado. Essas práticas sociais se concretizam no uso do tempo e no modo como mulheres e homens distribuem o tempo entre trabalho pago e trabalho não pago. Adquirem concretude tanto quando se considera as desigualdades na distribuição do trabalho reprodutivo como as desigualdades no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?* 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 45-68, out. 2006.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 110, p. 67-104, jul. 2000.

CARLOTO, Cássia M.; MARIANO, Silvana Aparecida. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no Programa Bolsa Família. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 11, p. 258-272, 2012.

DOMINGUES, José Maurício. *Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do *Welfare State* na nova ordem mundial. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 35, p. 73-112, 1995.

ESQUIVEL, Valeria. El cuidado: de concepto analítico a agenda política. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, v. 256, p. 63-74, mar./abr. 2015.

ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth (Ed.). *Las lógicas del cuidado infantil: entre las familias, el estado y el mercado*. Buenos Aires: IDES, 2012.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. *Desenvolvimento Humano, por bairro*. Fortaleza, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, 2010.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip. Curso de vida. In: GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip. *Conceitos essenciais da sociologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

GUISADO, Manuela Caballero; AGOIZ, Artemio Baigorri. ¿Es operativo el concepto de generación?. *Aposta: revista de ciencias sociales*, Madrid, n. 56, p. 1-45, feb./mar. 2003.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. *Sur: revista internacional de direitos humanos*, São Paulo, v. 13, p. 53-64, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 6 mar. 2013.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. *Rising tide: gender equality & cultural changes around the world*. New York: Cambridge University Press, 2003.

JELIN, Elizabeth. *Pan y afectos: la transformación de las familias*. Buenos Aires: Fondo De Cultura Economica, 1998.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas". *Revista Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 22, p. 39-75, jun. 2006.

MANNHEIM, Karl. "O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (Org.). *Karl Mannheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.

MARIANO, Silvana Aparecida. Cidadania na perspectiva das mulheres pobres e papéis de gênero no acesso a políticas assistenciais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 2, p. 119-157, 2009.

MARIANO, Silvana Aparecida; SOUZA, Márcio Ferreira de. Conciliação e tensões entre trabalho e família para mulheres titulares do Programa Bolsa Família. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 3, p. 147-177, 2015.

MEDEIROS, Marcelo; PINHEIRO, Luana Simões. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não-pago no Brasil, 2013. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 33, n. 1, p. 161-188, 2018.

MOTTA, Alda Britto (Org.). Dossiê: gênero, idades e geração. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, p. 349-355, set./dez. 2004.

MOTTA, Alda Britto; WELLER, Wivian (Org.). A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica (Dossiê). *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 2, maio/ago. 2010.

NUSSBAUM, Martha C. *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades*. Barcelona: Herder Editorial, 2002.

PIRES, Flávia Ferreira; JARDIM, George Ardilles da Silva. Geração bolsa família: escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 99-112, jun. 2014.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 479-490, 2013.

SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social (USP)*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 93-96, 2014.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594, 2007.

WELLER, Wivian. Karl Mannheim: um pioneiro da sociologia da juventude. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 12., 2007, Recife. *Anais...* Recife, 2007.

WONS, Lucimara (Coord.). *Nosso bairro: Alto Boqueirão*. Curitiba: IPPUC, 2015.